

UM BREVE RELATO SOBRE A DIÁSPORA ITALIANA DO SÉCULO XIX NO BRASIL

José Mario Botelho (UERJ e ABRAFIL)
botelho_mario@hotmail.com

RESUMO

As emigrações italianas para o Brasil se caracterizam como um movimento diaspórico muito marcante, porquanto provocaram um novo período de multilinguismo no país. Desse *status quo*, surgiu uma língua de base italiana exclusivamente brasileira – o *talian* –, que hoje é a segunda língua oficial no país. Não se pode negar que, de todos os grupos de imigrantes no Brasil, os italianos contribuíram, de forma efetiva, para a instituição da nossa nação desde o início de sua formação, não só com a sua força de trabalho, mas também com a sua cultura e tradições. Certos traços fisionômicos, nomes de famílias e variadas manifestações culturais, religiosas, políticas e linguísticas, tornam flagrantes a origem italiana na população de muitas regiões brasileiras.

Palavras-chave:
Multilinguismo. *Talian*. Diáspora italiana.

1. Introdução

Em 2016, a XI edição do *Rapporto italiani nel mondo*, preparado pela *Fondazione Migrantes* e editado pela *Tau Editrice*, registra um fluxo crescente de italianos que saem de seus lugares de origem para tentar a sorte no exterior. O que de fato ocorre é que esses viajores engrossam a grande relação de italianos que vivem fora da Itália, que, segundo a AIRE (Ortografia Italiana Residenti all'Estere), perfazem um total de 5 milhões de pessoas.

Segundo registro da AIRE, a Lombardia é a região com o número maior desses viajores: 20.088 pessoas, seguida de Vêneto: 10.374 e da Sicília: 9.823; depois vem o Lácio com 8.436 pessoas, o Piemonte com 8.199 e Emilia-Romana com 7.644. O Brasil é o quinto país que mais recebe italianos ainda hoje: em torno de 10 mil jovens entre 18 e 34 anos por ano.

De fato, o que consideramos a verdadeira diáspora italiana no Brasil é a movimentação migratória dos meados do século XIX. A chegada de italianos em massa no ano de 1875 e nos quatro anos seguintes é algo marcante na história da formação do nosso país. Não só porque foi o fenômeno migratório de italianos que fugiam dos gravíssimos problemas que enfrentava a península Itálica, mas, sobretudo, porque praticamente coincide com a própria instituição da nova nação brasileira, cuja República estava por ser proclamada.

No Brasil, pairava uma esperança de desenvolvimento político-econômico iminente, sugerido pela proclamação de sua independência dos grilhões de Portugal, que ocorrera em 1822. Chegavam estrangeiros de quase toda parte do mundo em busca de trabalho e riqueza, os quais o Brasil em ascensão oferecia a quem se prontificasse desenvolver a lavoura (cana-de-açúcar e outros víveres), a extração da madeira e da borracha, a mineração, que eram atividades econômicas promissoras, e a manter a acelerada atividade cafeeira, que era o principal elo do país com o mercado mundial.

Também um expressivo investimento estrangeiro, mormente inglês, foi feito sobre a infraestrutura de transporte, com a implementação de ferrovias e de bonde e a construção de estradas rodoviárias; desenvolveram-se muitas atividades ligadas à exportação como a criação de novos bancos de financiamentos, estabelecimentos ligados à alimentação e de outros bens de consumo, todos com garantia do governo. Tudo isso era do conhecimento do mundo e o Brasil passou a ser cobiçado por muitos estrangeiros, que foram atraídos pela possibilidade de enriquecimento.

Por isso, entre 1850 e 1880, mais de 200 mil imigrantes por ano chegaram ao Brasil. A imigração italiana, que teve como ponto culminante o período compreendido entre 1880 e 1920, começou por volta de 1870. Intensificou-se por volta de 1889, logo após a proclamação da República com o golpe militar de 15 de novembro, comandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Nessa época, o processo de abolição da escravatura por aqui se acelerava: começara com a Lei Eusébio de Queirós em 1850 (proibição da entrada de escravos no Brasil), seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 1885; e finalizara em 1888 com a Lei Áurea, que libertou os escravos definitivamente e causou uma imensa falta de mão-de-obra, posto que poucos deles se submeteram ao trabalho assalariado da época.

Havia muito o que fazer e eram poucos os trabalhadores para isso. Já em 1870, a região Sul do país empregava trabalhadores assalariados para a lavoura; muitos estrangeiros se aventuraram nessa empreitada, já que era muito escassa a mão-de-obra brasileira para tais trabalhos pesados e assalariados. No Norte, as usinas produtoras de açúcar surgiam em substituição aos antigos engenhos; nos centros urbanos, surgiam diversas indústrias, o que exigia uma mão-de-obra qualificada, que também era rara entre os brasileiros pobres e sem formação escolar.

A partir de 1900, porém, a imprensa italiana começou a divulgar que os imigrantes viviam em péssimas condições nas fazendas brasileiras; não

podiam deixar o local sem antes saldar a enorme dívida que assumiram, principalmente com a viagem de travessia do Atlântico, e com os primeiros elementos de subsistência no Brasil. Por conseguinte, o governo italiano, por intermédio do Decreto Prinetti de 1902, proibiu a emigração subvencionada para o Brasil. O fluxo diminuíra consideravelmente, mas ainda chegavam muitos italianos: um total de aproximadamente 19 mil por ano. Somente os que podiam arcar com os custos da viagem tinham a permissão das autoridades italianas para deixar o país.

Quando, em 1920, o Primeiro Ministro italiano Benito Mussolini passou a controlar a emigração de seus compatriotas, praticamente marcou o fim do movimento imigratório de italianos no Brasil.

No quadro abaixo, temos um resumo da emigração de italianos para o Brasil, segundo as regiões de procedência no período compreendido entre 1876 e 1920:

Regiões de procedência	Emigrantes
Vêneto	365.710
Campânia	166.080
Calábria	113.153
Lombardia	105.973
Abruzio/Molise	93.020
Toscana	81.059
Emília Romana	59.877
Basilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Púlia	34.833
Marcas	25.054
Lácio	15.982
Úmbria	11.818
Ligúria	9.328
Sardenha	6.113
Total	1.243.633

(Quadro 1: IBGE, 2007, p. 164)

Na verdade, não temos dados reais oficiais desse movimento migratório, que podemos chamar de diáspora italiana no Brasil. Esses italianos estão hoje espalhados pelos estados do sul e do sudeste do Brasil, concentrados principalmente nas regiões fronteiriças nos estados do Paraná e de Santa Catarina.

A imigração de italianos é tão marcante que supera a imigração de todos os estrangeiros, inclusive a dos portugueses, que detêm a alcunha de colonizador do Brasil:

O maior contingente de imigrantes vindos para o Brasil (1870 – 1880) foi constituído pelos italianos, com cerca de 1.513.000 indivíduos, sendo que os próprios portugueses para eles perdem por uma diferença de cerca de 50 mil imigrantes, apresentando o total de apenas 1.462.000 indivíduos. (BALHANA, 1977, p. 22)

Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no último censo em 1940, acusam o seguinte: 285 mil italianos natos e 40 mil naturalizados brasileiros vivem no Brasil. Logo, em 1940, em torno de 4% da população brasileira eram de origem italiana. O próprio governo da Itália estimara, em 1925, que 6% da nossa população eram italianos e descendentes de italianos. Em 2013, a Embaixada Italiana no Brasil informou que 30 milhões de descendentes de imigrantes italianos vivem entre nós. Esse número representa cerca de 15% da população do Brasil e metade da população do Estado de São Paulo.

Numa pesquisa, feita em 1980, o demógrafo Giorgio Mortara registrou que entre 16 e 18% da nossa população tinha origem italiana. O número de ítalo-brasileiros é, de fato, o maior contingente de *oriundi* – descendentes de italianos – fora dos limites da Itália. Em consequência disso, é inegável a influência desse notável povo em praticamente todos os setores da sociedade brasileira. Sua contribuição se faz notar na economia, na agricultura, na religiosidade, nas artes, na música, na gastronomia, enfim, na cultura brasileira.

Muitos desses descendentes, mormente, os mais idosos ainda falam uma língua italiana, a língua regional de seus antepassados, trazidas por aqueles pioneiros, que se aventuraram numa verdadeira odisseia da Itália para o Brasil. Outros tantos falam o italiano padrão, mas a maioria desses ítalo-brasileiros só fala o português, como é o caso dos mais jovens.

Como eram muitos os falares das primeiras famílias que se fixaram nas regiões brasileiras, desenvolveu-se por aqui uma língua italiana de comunicação comum entre eles – o “talian”, que não é exatamente o italiano padrão, nem um dos dialetos regionais da Itália. Aliás, o talian é uma língua exclusivamente brasileira, embora seja considerada de nível inferior pelos mais jovens, que se envergonham dela.

Logo, estabeleceu-se um *status quo* particular nas regiões, em que se formavam as comunidades italianas: um multilinguismo. No mínimo três línguas eram utilizadas naquelas comunidades linguísticas: o dialeto italiano de uma dada família, o italiano popular (que se desenvolveu naturalmente) e o português.

De fato, a imigração italiana no Brasil se efetiva mesmo na década

de 1870, após a Independência deste país em 1822. Não se quer, com isso, negar um movimento migratório de italianos em épocas anteriores, já que diversos estudos revelaram a presença de italianos em nosso solo desde o século XVI. Essas saídas de cidadãos da Itália, as quais se intensificaram nos meados do século XIX, constituíram diversas comunidades diaspóricas italianas espalhadas por todo o mundo.

Aqui, “diáspora” tem uma conotação moderna, que considera os conceitos de globalização, migração e transnacionalismo, como o fez Horta (2002), sob a orientação de Vertovec e Cohen (1999), que sugerem que “(...) a ideia de diáspora pode expressar os processos contemporâneos – sociais, políticos e econômicos – de ‘multilocalidade’, ‘identidades globais’ e ‘transnacionalismo’”. (HORTA, 2002, p. 1)

Logo, a diáspora constitui uma “forma social”, uma vez que nos remete à natureza das relações sociais, políticas e econômicas que grupos étnicos dispersos pelo mundo criam. É, pois, como uma “consciência” ou uma “forma de produção cultural”, exatamente como se deu com a diáspora italiana do século XIX no Brasil.

2. *A chegada dos italianos às terras brasileiras*

Sabe-se que em 1836, financiada por uma sociedade particular de colonização, uma boa quantidade de italianos, cerca de 132 pessoas, vindas da Ligúria (do Reino da Sardenha e Piemonte), aportaram em Santa Catarina, na colônia Nova Itália, hoje município de São João Batista. Em seguida, partiam em direção a Brusque e Blumenau e depois para o interior do Estado, visando fundar novas colônias.

Muito pouco se sabe sobre esses pioneiros, além de que cada colono recebeu um lote de terras já demarcadas, a ser pago em até dez anos, e que grande parte dessas famílias foi totalmente dizimada pelos bugres – nativos da região – em dois ataques ferozes: um em 1837 e outro em 1839. Não se sabe nem mesmo seus nomes e sobrenomes, pois há certas controvérsias sobre a chegada do navio que os trouxera e sobre os registros existentes. Há, inclusive, quem afirma que o tal navio trouxera 180 pessoas da ilha da Sardenha.

Em Santa Catarina, cerca de 95% dos italianos que chegaram eram do norte da Itália: Vêneto, Lombardia, Friul e Trentino. A partir de 1875, com a chegada de um número maior de imigrantes italianos, foram criadas as primeiras colônias italianas do estado: Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e

Apiúna. Ainda em 1975, imigrantes do Trentino fundaram Nova Trento, e no ano posterior, Porto Franco, que hoje é Botuverá. Nos anos seguintes, muitas outras colônias foram criadas, principalmente no sul do estado, que passou a ser o principal foco de colonização italiana de Santa Catarina. Esses imigrantes se dedicaram principalmente à agricultura e à mineração do carvão.

A fundação de Azambuja – uma região ao Sul de Santa Catarina – é marcada com a chegada de uma grande leva de famílias italianas. Chegaram ao Brasil, vindos a bordo do vapor Rivadavia, que aportara no Rio de Janeiro no mês de março de 1877.

Exaustos por causa da longa viagem, alguns adoentados, ainda tinham que enfrentar os desafios de longas viagens a pé ou em carroças durante dias, semanas, nas florestas perigosas, cheias de animais selvagens e índios (muitas tribos eram canibais), que eram os verdadeiros donos das terras.

Ali em Azambuja, até então território de Tubarão, muitas outras famílias continuavam chegando, pois Azambuja era a porta de entrada dos imigrantes no Paraná, que se distribuía por todo o Estado. Dos primeiros imigrantes também pouco se sabe além dos relatos do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, o fundador de Azambuja, que consta no livro, publicado pelo seu filho – o desembargador Fernando Luís Vieira. Até mesmo sobre o número de pessoas dessa primeira leva há incongruência: no livro, há a referência de 105 pessoas, mas há registros de 190. Há registros de que os imigrantes eram de Vêneto, de Treviso e de Verona, mas a lista oficial de passageiros indica apenas que eram famílias da Lombardia e duas de Tirol.

No Espírito Santo, os 388 imigrantes, vindos de Trentino e de Vêneto no navio a vela “La Sofia”, aportaram em Vitória em 1874. Logo que chegaram, seguiram para a fazenda de Pietro Tabacchi, no município de Santa Cruz – atual Aracruz, onde foi inaugurado em 2011 um museu com uma festa, a qual se repete todos os anos desde então.

O Museu da Cultura Italiana, que fica a 30 km da fazenda de Pietro Tabacchi, no distrito de Guaraná, objetiva preservar a identidade da comunidade italiana de Aracruz.

O estado do Espírito Santo comporta uma das maiores comunidades italianas do Brasil. Os imigrantes, que deveriam ocupar inicialmente a região das serras, tiveram que enfrentar a mata virgem sem a ajuda do governo e abandonados à própria sorte.

Entre 1812 e 1900, Espírito Santo já abrigava mais de 43 mil imigrantes, dos quais 32.900 eram italianos, iato é, 75% do total. Por essa razão, algumas fontes afirmam que cerca de 60% da população do Espírito Santo é constituída por descendentes de italianos.

O ano de 1875 é marcado pela chegada de muitos italianos, através do Porto de Itajaí. A maioria das famílias de imigrantes vinha do Norte da península Itálica; muitos de Trentino, que se fixaram nas regiões de Blumenau: Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e outras.

Em 1875, o estado do Rio Grande do Sul recebeu a sua primeira leva de imigrantes italianos. Esses primeiros imigrantes, a maioria de Vêneto, chegaram para substituir os colonos alemães que, a cada ano, chegavam em menor quantidade.

A esses colonos, que deveriam ser pequenos agricultores, foram reservadas terras selvagens na encosta da Serra Gaúcha. Lá criaram as primeiras três colônias italianas: Conde D'Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, atualmente são respectivamente as cidades de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. Com o esgotamento daquelas terras, eles passaram a migrar para outras regiões do Rio Grande do Sul.

No centro do estado, uma quarta colônia foi criada. Dessa colônia, o primeiro reduto de italianos fora da Serra Gaúcha, originaram-se os municípios de Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e São João do Polêsine. Estima-se que, entre 1875 e 1910, mais de 100 mil italianos imigraram para o Rio Grande do Sul. Em 1900, o estado já abrigava cerca de 300 mil ítalo-brasileiros.

Em 1887, o advogado e político Joaquim de Almeida Faria Sobrinho fundara a colônia Presidente Faria em terras curitibanas, que hoje pertencem aos municípios de Colombo e Campina Grande do Sul. O núcleo colonial se estabelecera para abrigar os imigrantes italianos dos meados de 1886. As terras eram divididas em lotes e oferecidas aos colonos italianos, os quais pagavam prestações anuais, conforme suas condições e possibilidades, devendo plantar, colher e abastecer os arredores de Curitiba (PR). As terras eram abundantes de madeira, pinheiros e ervas de mate, que se tornaram sua fonte de renda.

Assim, os colonos italianos, em sua maioria vinda de Vicenza e Treviso e alguns de Belluno e Padova e outros de Mantova e de Trento realizaram o “Far l’America”, o sonho que os fizeram abandonar sua pobre “pátria” e criar uma nova, mais bondosa e farta. E foram, com isso, os responsáveis pelo crescimento e prosperidade daquela região brasileira por meio

de muito trabalho e, mormente, de uma religiosidade modelar. Tanto o é que, já em 1926, a pequena cidade inaugurara a sua igreja católica e desde 1975, possui uma paróquia independente, cuja padroeira é Nossa Senhora da Ajuda.

No Paraná, os primeiros imigrantes italianos foram os vênnetos, que, a partir de 1875, foram alocados em colônias próximas à Paranaguá, depois foram remanejados para regiões mais próximas da capital.

Em 1900, mais de 30 mil italianos viviam no estado do Paraná, espalhados por catorze colônias italianas e outras vinte mistas. No início, muitos trabalharam como colonos autônomos; com o desenvolvimento da indústria cafeeira, passaram a compor a mão-de-obra necessária. Nas proximidades de Curitiba, as maiores colônias prosperaram, como é o caso de Alfredo Chaves – a maior colônia italiana do Paraná –, que se tornou a cidade de Colombo. Nessa colônia, concentraram-se 162 pessoas do grupo dos primeiros italianos que chegaram ao estado.

No atual município de Palmeira, a colônia Cecília, fundada em 1890 por um grupo de libertários mobilizados pelo italiano Giovanni Rossi, prosperou de forma anárquica. Os colonos plantaram mais de oitenta alqueires de terra e construíram cerca de dez quilômetros de estrada sem contar com os recursos que seriam necessários. Contudo, só existiu por quatro anos.

O estado de São Paulo, até 1920, recebera cerca de 70% dos imigrantes italianos que vieram para o Brasil – 9% da sua população total. As fazendas de café dessa região absorveram um grande contingente, tendo o governo do estado investido muito dinheiro com as passagens dos imigrantes. São Paulo recebeu imigrantes de quase todas as regiões da Itália, sendo o Vêneto a região de maior número de imigrantes, seguido da Lombardia, da Calábria e da Campânia.

Em São Paulo, os imigrantes preferiam se dedicar às atividades urbanas, ocupando bairros inteiros, como foi o caso do Bixiga, do Brás e da Mooca, em que os imigrantes oriundos da Calábria e de Campânia se fixaram. Estima-se que, em 2013, viviam em São Paulo mais de 15 milhões de italianos e descendentes, o que representa cerca de 34% da população do estado.

Minas Gerais recebeu o terceiro maior fluxo dos italianos que vieram para o Brasil para trabalhar na lavoura do café: aproximadamente 60 mil italianos. Mas como o governo do estado e os próprios fazendeiros obrigavam os imigrantes a pagarem parte da passagem de navio, a imigração era pequena no início. Porém, a partir de 1894 o governo conseguiu aumentar o

fluxo de imigrantes. Por isso, em 1895, recebeu mais de 6 mil italianos, aproximadamente 19 mil em 1896, decrescendo para 17.303 em 1897.

Muitos aportavam no Rio de Janeiro, e depois seguiam em trens até Petrópolis e de lá iam para Juiz de Fora, onde ficavam por uns quatro dias e se submetiam aos controles de saúde. Chegavam os fazendeiros, que faziam a seleção dos trabalhadores nas suas propriedades e os levavam embora. Os italianos que foram para Minas Gerais provinham de todas as regiões da Itália: de quatorze regiões diferentes do norte, centro e sul da Itália. Contudo, a maioria tenha regressado para a Itália ao final do contrato de trabalho.

Rio de Janeiro recebeu os imigrantes italianos que eram urbanos em sua maioria; eles se ocupavam principalmente na indústria e no comércio. Até 1900, o estado recebeu 35 mil imigrantes, cuja maioria vivia na própria cidade do Rio de Janeiro; a outra parte nos campos e se ocupava das colheitas de café. Eram muito diferenciados os italianos que migraram para o Rio de Janeiro, oriundos especialmente de Cosenza, Potenza e Salerno e, poucos de Nápoles, Caserta e Reggio Calábria.

Assim com fez o governo de Minas Gerais, as autoridades do Norte e Nordeste do Brasil também tentaram atrair imigrantes italianos, mas não foram bem-sucedidos nessa empreitada. O Norte e Nordeste já apresentavam uma pobreza local e os italianos já sabiam que teriam dificuldade de adaptação ao clima muito quente.

Entre 1891 e 1899, foram feitas quatro tentativas de colonização com camponeses italianos da Emília-Romana e das Marcas na Bahia e em Pernambuco, mas fracassaram em breve tempo.

O Centro-Oeste do Brasil praticamente não recebeu imigrantes naquela época do grande movimento migratório. A maioria das pessoas de origem italiana que vive na região são migrantes dos do Sul do Brasil. Milhares desses sulistas migraram para as regiões do Centro-Oeste, especialmente para o Mato Grosso do Sul, a partir de 1970, em virtude da falta de oportunidades no interior do Sul. Uma grande parte desses migrantes são ítalo-brasileiros.

3. *A consequência linguística da imigração italiana do século XIX no Brasil*

O movimento emigratório de italianos para o Brasil em meados do século XIX constitui, como vimos até aqui, um fenômeno que desperta um grande interesse nos estudiosos brasileiros, principalmente naquele que se

preocupa com a linguagem humana, como é o caso dos linguistas.

A chegada dos italianos no Brasil provocou um relativo caos linguístico numa época em que o país vivia um momento de certa estabilidade linguística. A língua portuguesa, enfim, tinha sido implantada no território nacional, depois de ter vivido três séculos de incerteza: o multilinguismo da época colonial (quatro línguas gerais, de base tubinambá, o tímido português e inúmeras línguas estrangeiras dos visitantes), que se estende até o século XVIII e o relativo bilinguismo com a chegada da corte portuguesa (a perseguida língua geral e o português).

As famílias de imigrantes vinham de diversas regiões da península Itálica, cada qual com um falar característico. Tais falares têm sido denominados “dialetos” italianos. Eles precisavam se comunicar entre si e com os brasileiros com que se relacionavam obrigatoriamente por questões óbvias, já que vinham para um trabalho assalariado e comprometido com os custos da viagem.

Logo, estabelecera-se naquelas regiões brasileiras um novo período de multilinguismo no Brasil; ouviam-se vários dialetos italianos (com maior incidência o vêneto, já que o povo vêneto era em maior número), a língua portuguesa (muitas vezes mal articulada) e uma língua comum de base italiana (que mesclava o vêneto e o lombardo com o português).

Essa língua de comunicação entre as primeiras famílias que se fixaram nas regiões brasileiras desenvolveu-se e tornou-se uma língua materna de muitos italo-brasileiros – o “talian”, que é diferente do italiano padrão, embora seja bem semelhante ao vêneto. Convém ressaltar que o talian é uma língua exclusivamente brasileira; aliás, é a segunda língua mais falada no Brasil, mas que está em processo de estagnação, porquanto os mais jovens a desprezam e se negam a aprender a falar, porque a consideram de nível inferior e têm vergonha em usá-la.

O talian é, portanto, uma língua resultante de um *pidgin*, oriundo da convivência de diversos dialetos italianos, com certa predominância vêneta, que servia de língua franca para a comunicação dos falantes daquelas diversas formas dialetais. Nos primeiros anos, com o isolamento dos núcleos habitacionais, os imigrantes preservaram seus dialetos regionais vêneto e lombardo, além de outros menos expressivos como o trentino, friulano, sardo, siciliano e outros. A partir de 1910, com a construção da estrada de ferro que ligava Caxias do Sul a Porto Alegre, o isolamento foi rompido, e, por conseguinte, aqueles dialetos menos representativos foram desaparecendo e o lombardo e o vêneto se mesclaram, surgindo um falar comum, de base

vêneta, que é *talian*.

Loredana Corrà (1995) constatou que, na zona rural do município de Caxias do Sul e de Nova Prata, há muitos traços da cultura originária. Alguns desses traços são remanescentes e outros têm sido retomados. Praticamente o vêneta primitivo, língua românica ainda falada na região do Vêneto, no nordeste da Itália, que veio para o Brasil com os imigrantes italianos, é ainda usado e se alterna com o português.

Em Colombo, uma pequena cidade do interior do Paraná, o vêneta primitivo ainda é utilizado por muitos de seus descendentes. Essa língua, quase perdida na Itália, encontra-se, no Brasil, em sua forma praticamente original, pois Colombo era isolada dos demais núcleos habitacionais. Por isso, tem sido preservada por estes últimos 140 anos.

A primeira atestação do termo *talian*, segundo Loredana Corrà (2002, p. 348), aparece com Darcy Loss Luzzatto, em sua gramática de 1994.

Para Vitalina Maria Frosi (1975) a situação linguística daquela região de colonização italiana no Rio Grande do Sul é muito complexa.

Com Ciro Mioranza (Cf. FROSI & MIORANZA, 1975 e 1983), a autora fez também referências ao nivelamento progressivo, em contraste com o falar originário naquela região, o qual chamou de *koiné* – “uma língua que está se transformando ou que acaba de se transformar” (CORRÀ, 2001, p. 280). Segundo as autoras, esta *koiné* tem uma estrutura fonológica, morfológica e lexical de base vêneta, com influência dos dialetos lombardos e da língua portuguesa.

Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza (1983), afirmam que essa *koiné* é uma língua comunitária oral entre os falantes de diversos grupos: os vênets, os lombardos, os trentinos, os friulanos e outros grupos de imigrantes italianos.

Convém lembrar que aqueles primeiros imigrantes eram praticamente analfabetos e falavam um respectivo dialeto considerado um falar popular e de baixo nível pelos seus descendentes, que se negaram desenvolvê-lo. Depois, o aprendizado da língua portuguesa, muito necessário à comunicação com o povo brasileiro, acontecia paulatina e harmoniosamente.

Na década de 1930 e durante a Segunda Guerra Mundial, uma campanha de nacionalização no país obrigou o aprendizado da língua portuguesa e proibiu o uso do italiano e do *talian*. Os italianos foram perseguidos pelas autoridades, em nome de Getúlio Vargas, que tinha declarado guerra contra a Itália. Muitos italianos foram presos e até espancados pela polícia

ao serem flagradas, falando seus dialetos em público. Além disso, novos grupos de descendentes de italianos, mais urbanos e enriquecidos, menos prezavam os dialetos e consideravam o falante de talian como um colono grosso e rural, inferiorizando-o socialmente. Daí, os pais raramente transmitiam a língua a seus filhos, para protegê-los da mal-afamada estigmatização e para não serem motivo de escárnio nas escolas.

Logo, muitos não adquiriram o talian como língua materna, que vai se perdendo ao longo das gerações, e o dialeto dos primeiros imigrantes é apenas uma memória familiar daqueles poucos que se orgulham de suas origens. Não se sabe ao certo quantas pessoas falam o talian no Brasil; a estimativa é que cerca de 500 mil falantes. Vale lembrar que diversos livros já foram publicados no idioma talian, inclusive dicionários talian-português. (Cf. LOSS LUZZATTO, 2000)

4. Considerações finais

Ao finalizarmos este artigo acerca da presença dos italianos no Brasil e da muito grata herança legada pelos “nonos”, esperamos ter demonstrado a importância das diásporas italianas do século XIX na formação da nossa grande nação.

Vimos que as emigrações italianas para o Brasil provocaram um novo período de multilinguismo em solos brasileiros e que desse relativo caos linguístico resultou numa língua de base italiana exclusivamente brasileira – o talian.

Decerto, todos os grupos de imigrantes no Brasil contribuíram para a particularização da nossa nação brasileira. Contudo, os italianos contribuíram sobremaneira para a sua instituição desde o início de sua formação, com a sua força de trabalho de forma efetiva.

Não se pode negar que, da simples presença desses italianos em diferentes lugares ou, sobretudo, da permanência da maioria deles em terras brasileiras, diversos elementos de toda natureza foram introduzidos naquelas regiões. Certos traços fisionômicos, nomes de famílias, costumes e tradições, cujo sentido ou se perdera no tempo ou se acomodara à nova realidade, e tantas outras manifestações culturais, religiosas, políticas e linguísticas, tornam flagrantes a maravilhosa origem italiana em muitos povos de todo o mundo e, sobretudo, no Brasil, que naquela época foi para muitos italianos a sua pátria além mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALHANA, Altiva Pilatti. *Famílias coloniais: Fecundidade e descendência*. Curitiba: A. M. Cavalcante & Cia., 1977.

BERTONHA, João Fábio. *A imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: A sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. *O professor pesquisador*. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.

CORRÀ, Loredana. “Il ‘Talian’ dei veneto-brasiliani”. In: MARCATO, Gianna. *Italiano*. Strana lingua? Padova: Unipress, 2002, p. 347-352.

_____. “I veneti in Brasile: koinè dialettale come superamento dei confini”. In: MARCATO, Gianna. *I confini del dialetto*. Padova: Unipress, 2001, p. 279-288.

FERRARINI, Sebastião. *A imigração italiana na província do Paraná e o município de Colombo*. Curitiba: Lítero-Técnica-Científica, 1973.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. *Dialetos italianos: um perfil linguístico dos ítalo-brasileiros do Nordeste do Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1983.

_____. *Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processo de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1975.

FUNDAZIONE MIGRANTES. *Rapporto Italiani nel Mondo*. Todi: Tau, 2016.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Brava e buona gente, cem anos pelo Brasil*. Florianópolis: Edição do Autor, 1997.

HORTA, Ana Paula Beja. A diáspora portuguesa e a política de multiculturalismo do Canadá. In: *Tempo Exterior*, n. 5, segunda época – xullo/ dezembro, Pontevedra: IGADI, 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Brasil 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, p. 164.

INSIEME a Revista Italiana Daqui, ano XXIII, n. 217 e 220, março. Curitiba:

ba, 2016.

LOSS LUZZATTO, Darcy. *Dissionario talian véneto brasilian portoghese*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. *Talian (Veneto brasileiro)*. Noções de gramática, história e cultura. Porto Alegre: SAGRA-Darcy Luzzatto, 1997.

MARRO, Casimiro. *Manuale pratico dell'emigrante all'Argentina, Urugay e Brasile*. Roma: Presso L'Autore, 1889.

ODALI, Nilo. *Gilberto Freyre: uma interpretação etno-cultural do Brasil*. São Paulo: Especiente, 2001.

OLIBORNI, Bernardete Solditelli. A estigmatização como fator determinante dos bloqueios de fala de descendentes de imigrantes italianos do nordeste do Rio Grande do Sul. *Ideas*, vol. 1, n. 2. El Salvador: USAL, 2013, p. 79-91.

PRADO JUNIOR, Caio da Silva. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SANTIN, Silvino. Os falares dialetais como expressão da vida pessoal e familiar: relato de uma experiência pessoal. In: MARCATO, Gianna. *I confini del dialetto*. Padova: Unipress, 2001, p. 265-78.

VERTOVEC, Steven; COHEN, Robin (Eds.). *Migration, Diaspora and Transnationalism*, Cheltenham: Edward Edgar Publishers, 1999.